



# ADIVINHE QUEM VEM PARA JANTAR?

## O IMIGRANTE NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

DOI: 10.12957/synthesis.2014.19585

*ELAINE PEREIRA ROCHA\**

**Resumo:** O Brasil é um país conhecido por suas políticas de tolerância racial e é notável que os brasileiros nunca tenham experimentado as leis de segregação, exclusão, ou qualquer tipo de regulação que discrimine pessoas com base em sua origem racial. Os turistas estrangeiros e imigrantes muitas vezes comentam o quão acolhedora é a sociedade brasileira para com os forasteiros. A realidade, porém, é bem diferente do mito, numa sociedade em que pessoas negras sofrem discriminação racial, que lhes restringe a sua mobilidade social e econômica, herança da abolição tardia. No início do século XX, o Brasil recebeu milhares de trabalhadores, imigrantes europeus, altamente valorizados na sociedade brasileira, em contraste com o baixo status concedido a negros e mulatos. No mesmo período, os estados do norte receberam imigrantes negros caribenhos trazidos ao país por empresas britânicas entre 1900 e 1920. A análise dos desafios enfrentados por este pequeno grupo de imigrantes para a Amazônia, na sua busca de adaptação e assimilação, é assunto novo na historiografia brasileira. Hoje, um século mais tarde, o fenômeno se repete quando um novo grupo de imigrantes negros, os haitianos, que chegam à Amazônia após o terremoto de 2010, enfrentam os mesmos desafios. Este estudo tem como objetivo comparar as repercussões dessas correntes de imigração na sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Imigração. Racismo. Caribe. Integração. História dos negros.

### **Guess who is coming to dinner? The black immigrant in Brazilian Society**

**Abstract:** Brazil is a country known for its policies of racial tolerance and it is remarkable that Brazilians have never experienced segregationist or exclusionary laws, or any kind of regulation that discriminates against individuals based on their racial background. Foreign tourists and immigrants often remark how welcoming Brazilian society is towards newcomers. The reality, however, is quite different from the myth. In Brazil Black people experience discrimination which restricts their social and economic mobility. This situation has worsened since the delayed abolition of slavery (1888) and it is still present today. In the early 20<sup>th</sup> century, Brazil received thousands of European immigrants, workers who were highly valued in Brazilian society in opposition to the low status associated with Blacks and Mulattoes. In the same period the Northern States reluctantly received hundreds of Black Caribbean immigrant workers brought to the country by British companies between the years of 1900 and 1920. The analysis of the challenges faced by this small group of immigrants heading to the Amazon in their quest for adaptation and assimilation is new to Brazilian historiography. Today, a century later, as a new group of Black immigrants, the Haitians who arrived in the Amazon after the earthquake of 2010 face the same challenges. This study aims to compare the repercussions of these phenomena of immigration in Brazilian society.

**Keywords:** Migration. Racism. Caribbean. Integration. Black history.

---

\* Mestre em História pela PUC-SP. Mestre em História Cultural pela University of Pretoria (África do Sul). Doutora em História Social pela USP. Coordenadora da Área de História da América Latina da University of the West Indies. Professora Titular do Departamento de História e Filosofia da University of the West Indies, Campus Cave Hill, Barbados.

## 1 INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2012, a manchete do jornal carioca *O Globo* estampava o temor da sociedade à invasão do país por milhares de imigrantes haitianos que chegavam ilegalmente pelas fronteiras do norte, espalhando o pânico entre os brasileiros que temiam as doenças, as drogas e o crime que estes indesejados intrusos traziam para o país, levando as autoridades de estados como o Acre e o Amazonas a solicitarem ajuda federal para conter a invasão que, segundo as autoridades governamentais, tornava-se um problema de segurança nacional.<sup>1</sup>

Os números desta imigração são contraditórios, o website do Senado publicou que entre janeiro de 2010 e dezembro de 2012 entraram no Brasil aproximadamente 4.500 haitianos – indicando que este era um motivo para grandes preocupações<sup>2</sup>. Ao mesmo tempo, o informativo *Último Segundo*, em 2011, utilizava dados do Ministério da Justiça para informar que o número de trabalhadores imigrantes no Brasil vinha crescendo nos últimos anos, indicando que estavam em 521.318 imigrantes europeus, em contraste com 12.420 imigrantes africanos e 2.950 imigrantes caribenhos, entre os quais se destacavam os haitianos<sup>3</sup>. A pergunta então é: se o número de imigrantes europeus vivendo no Brasil em 2011 excedia meio milhão de pessoas, porque a entrada de alguns milhares de haitianos causava pânico a ponto de se acionar o comitê de segurança nacional?

O Brasil é um país conhecido internacionalmente pela imagem de tolerância e de ausência de conflitos raciais como os que levaram às políticas de segregação nos Estados Unidos, África do Sul e Austrália, fundamentadas em leis que preconizavam a superioridade racial de um grupo sobre os outros. Esta imagem tem sido explorada pelas agências de propaganda, pelo cinema e pela televisão, que sempre mostram mulheres negras deslumbrantes, sempre sorrindo ao lado de homens negros igualmente belos e felizes. Adicionalmente, o Brasil tem também a imagem de país acolhedor, onde o estrangeiro é bem-vindo e recebido como se fosse membro da família.

A realidade porém é muito diferente, com a

população negra sofrendo diariamente com as restrições à sua mobilidade social e econômica, assunto explorado há mais de um século pela historiografia e sociologia, desde as denúncias de intelectuais como Manuel Querino<sup>4</sup> no final do século XIX, nos escritos de Jorge Amado<sup>5</sup> em sua primeira fase, e nos trabalhos de Oliveira Viana<sup>6</sup> e Arthur Ramos<sup>7</sup> na década de 30. O sociólogo Florestan Fernandes<sup>8</sup> publicou seus achados na década de 60 e vários outros vêm discutindo a questão da exclusão racial, até o trabalho minucioso de Marcelo Paixão já no século XXI<sup>9</sup>, não excluindo muitos outros trabalhos de análise e pesquisa que tratam do assunto.

A abolição tardia da escravatura no Brasil aconteceu juntamente com a disseminação das ideias do racismo científico que justificavam a subordinação ao argumentar sobre a inferioridade dos negros e mestiços em relação à população branca. A tese desta pseudociência se somou ao argumento das elites sobre a inabilidade dos negros em se adaptar ao sistema de trabalho livre assalariado e à baixa qualidade do trabalho daquele em comparação à produção do trabalhador europeu. A virada do século XX encontra a população negra, ainda que liberta, vivendo em condições similares à escravidão e enfrentando a crescente competição europeia no mercado de trabalho.

A República inaugurou-se no Brasil com o projeto modernizador e civilizador. O sistema econômico ampliava a participação do capital estrangeiro nos projetos modernizadores de comunicação, como a abertura de ferrovias, a instalação de redes telegráficas, a modernização dos portos para o estabelecimento da navegação a vapor nos grandes rios, a eletrificação das cidades e a construção das linhas de bonde para o transporte urbano. As cidades cresciam, e com elas as oportunidades de trabalho que atraíram o trabalhador europeu e o negro, ambos descontentes com as relações de trabalho nas fazendas. Interessantemente, a história oficial enfatiza o papel dos imigrantes estrangeiros neste período de urbanização, relegando os negros à invisibilidade.

## 2 RAÇA E IMIGRAÇÃO NO BRASIL

De fato, um dos temas mais caros à nossa historiografia é o movimento migratório que trouxe ao país milhares de estrangeiros, incorporados à sociedade, à paisagem e à memória popular. Atenção especial tem sido dada ao imigrante europeu, tido como agente construtor do Brasil moderno, retratado em livros, teses, dissertações, websites, blogs e afins; além disso, existem ainda associações, monumentos, festivais e múltiplas celebrações. De tal maneira se estabeleceu essa imagem positiva do imigrante europeu que muitos brasileiros inventam para si o mito do avô imigrante, preferivelmente de olhos azuis, como há tempos atrás muitos falavam na mítica “avó índia que foi caçada a laço”.

A trajetória histórica da sociedade brasileira segue a norma colonialista do privilégio de nascimento. Neste caso, os filhos dos nobres portugueses tinham vantagem instantânea sobre os outros em todos os setores da vida colonial. Esta noção de privilégio desenvolveu-se também dentro da cultura, a ponto de famílias criarem estórias de parentesco com um ancestral nobre para justificar direitos ou posição social superior.

Ao final do século XIX o Brasil testemunhou o nascimento de uma classe média e mesmo de “novos ricos” entre o que se pode chamar de um segmento “nativo”, ou seja, já sem laços sólidos com a nobreza europeia. Entretanto, a noção da superioridade do elemento europeu, e portanto branco, sobre a população nacional mestiça, os indígenas e os negros continuava e agora se alimentava das teorias raciais que determinavam uma hierarquia entre as raças, que já existiam anteriormente, mas agora se justificavam na ciência.

É a partir de 1870 que o nacionalismo cria forças e passa a influenciar fortemente a cultura intelectual brasileira. Surge aí o *indianismo*, que exalta a figura mítica do índio como herói fundador da “raça brasileira”, ainda que na realidade as ações de extermínio contra as nações indígenas se acelerassem por conta do novo surto de

desenvolvimento que invadiu o século XX e vem até os dias de hoje. Por volta de 1919, Lima Barreto denunciava a farsa social brasileira, na qual as pessoas passavam a forjar um parentesco indígena para justificar uma pseudossuperioridade.

Uma das manias mais curiosas da nossa mentalidade é o cabocloismo. Chama-se isto a cisma que tem todo o brasileiro de que é caboclo ou descende de caboclo. Nada justifica semelhante aristocracia, porquanto o caboclo, o tupi, era, nas nossas origens, a raça mais atrasada; contudo, toda a gente quer ser caboclo. Muito influíram para isso os poetas indianistas e, sobretudo, o grande José de Alencar, o primeiro romancista do Brasil, que nada tinha de tupinambá. A mania, porém, percorreu o Brasil; e, quando um sujeito se quer fazer nobre, diz-se caboclo ou descendente de caboclo (LIMA BARRETO, 1956, p.69).

Darcy Ribeiro também aborda o tema do ancestral indígena e explica que para muitos o índio era “o ancestral generoso e longínquo, que afastava a suspeita da negritude”<sup>10</sup>. Mais de um século depois, o mito ainda persiste e ainda é utilizado com o fim de dissipar a suspeita de ascendência africana e justificar a pele escura.<sup>11</sup>

Na sociedade brasileira a negritude é sinônimo de atraso e de inferioridade, um traço que é preciso apagar e evitar. Cito como exemplo o debate gerado pela notícia publicada pelo website UOL, em maio de 2014: “À espera de emprego, haitianos sonham em trazer famílias para o Brasil”. Na área que segue ao artigo jornalístico sobre imigrantes qualificados, trabalhando e vivendo na cidade de São Paulo, pessoas expressaram sua opinião, a maioria contra o imigrante haitiano, enquanto alguns defendiam os direitos desses estrangeiros comparando-os aos que chegaram ao país na virada do século XX. Eis uma das respostas:

Há muita diferença entre haitianos e italianos, a comparação não é válida. Há uma coisa chamada currículo oculto, unidade familiar e alfabetização. Depois, eles não vêm desenvolver uma parte inexplorada deste Brasil imenso, eles estão chegando

numa região já desenvolvida economicamente, e subdesenvolvida humanitariamente, carente de recursos naturais, e com excesso de população, indigência, e criminalidade.<sup>12</sup>

No mesmo debate, a opinião contrária à imigração haitiana se estende aos imigrantes africanos, postada por outro leitor:

...o problema não são esses haitianos que já estão no Brasil, mas os milhares, para não dizer milhões, que virão logo logo após esses primeiros grupos se estabelecerem. Primeiro, aquela conversa de trabalhar para mandar dinheiro para a família que ficou para trás, depois trazer a família, depois todos os parentes, depois os amigos e assim vai. Outro problema são as imigrações para o Brasil de outras nações como, por exemplo, Congo etc. Praticamente, todos com mão de obra superdesqualificada, outros vêm com intenção criminosa, caso dos nigerianos, grande maioria “mulas” do tráfico internacional.<sup>13</sup>

Tais palavras refletem a prevalência do estereótipo do negro criminoso, que cresce muito no período imediatamente anterior à abolição, com as revoltas e as fugas de escravos que desafiavam o mundo dos brancos, por seu lado, assustados com a possibilidade da perda de seu patrimônio e de experimentarem uma violência até então reservada quase exclusivamente ao escravizado.

No pós-abolição, um período em que mais e mais pessoas afluíam para as cidades em busca de trabalho, os negros constituíam um segmento indesejado, ainda que um mal necessário, já que caberá a estes homens, mulheres e crianças a execução dos trabalhos mais baixos e pior remunerados, muitas vezes até sem remuneração. Vigiados de perto pelas autoridades responsáveis pela manutenção da ordem e pela instauração dos costumes modernos, como a proibição dos batuques públicos e do uso de várzeas e chafarizes para a lavagem de roupa, os negros predominaram nos noticiários policiais e nos relatórios sobre crimes e contravenções. À imagem do negro inferior e inadequado para o trabalho moderno juntaram-se as noções do negro criminoso e vadio.

E paralelamente à preocupação com o ex-escravo desenvolveu-se o temor de que imigrantes negros entrassem no país, e medidas legais passaram a ser tomadas ainda no período imperial brasileiro.

A primeira legislação brasileira neste sentido surgiu em meados do século XIX, quando os problemas com a resistência escrava nos Estados Unidos se agravavam e os conflitos raciais entre a população livre de cor e a sociedade branca demandavam solução definitiva para o problema. Na época, representantes daquele país apresentaram uma proposta ao governo imperial que visava à transferência de negros livres provenientes dos Estados Unidos para o Amazonas. De acordo com a diplomacia daquele país, o projeto solucionava dois problemas: a ocupação da região amazônica e as tensões raciais no período pré-Guerra Civil dos Estados Unidos. O Brasil rejeitou a proposta sob o argumento de que com a prevalência da escravidão no país a introdução de negros livres poderia trazer mais problemas do que necessário.<sup>14</sup>

O debate sobre a formação racial brasileira trazia em si uma preocupação com o destino racial do país e com a visão que o mundo tinha sobre a sociedade brasileira, marcada pelo prolongamento da escravidão e pela predominância da raça negra na formação do seu povo. É neste momento que se formam as teorias de branqueamento, que propõem o aumento dos estoques de população européia, como um progresso instantâneo no sentido de aumentar a população branca no país, e apostava na miscigenação como forma de branquear a população negra já existente. Obviamente, esta teoria levava em consideração a tese de que o elemento negro, sendo mais frágil, padeceria com mais frequência que o branco, e de que os componentes genéticos do biótipo branco seriam dominantes em caso de miscigenação.

Seguindo esta teoria e para evitar retrocessos, o governo republicano criou barreiras para a entrada de trabalhadores vindos da China, Índia e de países africanos (povos considerados racialmente inferiores). Nos primeiros anos da República, um decreto governamental sobre a imigração de trabalhadores estrangeiros especificava que pessoas vindas da Ásia

ou da África só poderiam ingressar no país mediante autorização específica, e para evitar qualquer desvio na aplicação da lei, agentes diplomáticos e policiais foram posicionados nos portos para prevenir o desembarque desses estrangeiros, bem como de mendigos e indigentes.<sup>15</sup>

Porém, outro tipo de imigrante iria chegar ao país nos primeiros anos do século XX. Um grupo relativamente pequeno entrou pelo porto de Belém, principalmente, como mão de obra para trabalhar na construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, no que seria depois o território de Rondônia, e nos projetos relacionados à modernização dos transportes e de urbanização liderados por companhias inglesas. Cidades como Manaus e Belém, que já vinham recebendo imigrantes portugueses e espanhóis, com um grupo menor de japoneses, passaram o conviver com este novo imigrante: o imigrante negro, vindo das colônias inglesas do Caribe.

### 3 IMIGRANTES NEGROS: NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA

Como os imigrantes caribenhos conseguiram entrar no Brasil, tendo em vista a legislação e as práticas proibitivas? Porque eles chegaram como trabalhadores contratados, parte do acordo assinado entre tais empresas e o governo brasileiro, que permitiu que as empreiteiras inglesas e canadenses trouxessem gente para trabalhar nos projetos de construção e manutenção. No Caribe, agentes recrutadores contrataram trabalhadores qualificados, com uma escolaridade média de cinco anos, o que os colocava em um nível intermediário entre os gerentes e engenheiros e os trabalhadores braçais nacionais. Entre os benefícios para as empresas em contratar este tipo de trabalhador, estavam: o fato de falarem inglês, receber baixos salários e, longe de casa, estavam à mercê dos contratadores com menor possibilidade de se envolver em movimentos trabalhistas.

Os caribenhos começaram a chegar ao Brasil por volta de 1870, ainda sem a proteção das grandes companhias, quando indivíduos aventuraram-se pela região amazônica em busca de fortuna, atraídos pelos contos de tesouros e pelas promessas do ciclo

da borracha. Acredita-se que tenham atravessado a fronteira norte, pela Guiana Inglesa, para onde já havia um movimento organizado de imigrantes caribenhos, uma vez que a imigração entre colônias era simplificada. Conforme indicado por Barbara Weinstein<sup>16</sup> e Warren Dean<sup>17</sup>, durante o auge da economia da borracha pessoas de diferentes partes do Brasil e de outros países foram para a floresta amazônica sem que as autoridades tivessem qualquer controle sobre estes imigrantes.

Foi no início do século XX que começaram a entrar no país – através do porto de Belém – grupos de imigrantes contratados por companhias estrangeiras como a Light and Power Ltd., a Port of Pará, e a Madeira-Mamoré Railroad Co. Eles não tinham qualquer apoio de autoridades brasileiras, cuja expectativa era de que vivessem no país apenas durante a vigência de seus contratos, sem o risco de que estabelecessem raízes no Brasil. Para isto, eram recrutados individualmente, sem extensão de visto às famílias, e deveriam declarar laços de dependência em seu país de origem antes de embarcarem. Em Barbados, os registros de emigrantes para o período de 1906 a 1908 apontam para a existência de pelo menos um agente contratador, a Hidelgo Co. Ltd..<sup>18</sup> O historiador paraense Vicente Salles explica a entrada dos imigrantes barbadianos no norte do Brasil:

Na verdade não houve imigração convencional. O movimento migratório de barbadianos foi dirigido pelos capitalistas ingleses que, obtendo sucessivas concessões para a exploração de serviços no Pará e no Amazonas, necessitaram de mão de obra qualificada, do ponto de vista da língua e da cultura, provavelmente. Os negros de Barbados, domesticados pelos ingleses, foram trazidos pelos navios da Booth Steamship Co. Limited, que fazia a linha Nova York - Manaus, com escala na ilha de Barbados e Belém. Muitos foram destinados também à construção da Ferrovia Madeira-Mamoré (SALLES, 2005, p.84).

A abolição da escravidão no Caribe inglês aconteceu em 1838, com 50 anos de antecedência em relação ao Brasil, porém o controle das terras

para agricultura continuou nas mãos de uma pequena elite colonialista, já que as ilhas só se tornaram estados independentes na década de 1960. Entre as razões para a emigração dos caribenhos estava a situação precária em que a população negra se encontrava, a maioria ainda vivendo como trabalhadores rurais. Para os que conquistavam a educação havia a limitação da oferta de trabalho, os baixos salários e as precariedades impostas por uma economia centralizada na produção açucareira para exportação, na qual não havia indústria e os recursos naturais eram também limitados. Em tais circunstâncias, desastres naturais como furacões, secas ou enchentes poderiam ampliar as dificuldades nas condições de vida da população pobre. George Andrews (2004) aponta para um aumento na emigração de jamaicanos logo após o terremoto de 1907 e os furacões de 1915 e 1917, que destruíram parte das plantações, derrubaram moradias e causaram uma crise econômica.

Em Barbados, por exemplo, com território de 430 km<sup>2</sup> dominado por plantações de cana-de-açúcar pertencentes à elite que controlou o país até a década de 1960, ofereciam-se aos trabalhadores negros poucas oportunidades de estabelecer pequenos sítios nos quais a lavoura de subsistência e a criação de animais de pequeno porte não eram economicamente lucrativos. A dependência entre os trabalhadores do campo e o proprietário das terras girava em torno da questão da moradia, com os empregados vivendo em pequenas casas móveis de madeira, chamadas *chattel house*. O empregado a construía com recursos próprios e negociava com o patrão um espaço para colocar sua casa. Uma vez rompido o acordo de trabalho, o empregado era obrigado a se mudar retirando sua casa e buscando outro lugar para viver. O arranjo limitava as possibilidades de negociação por melhores salários e condições de trabalho. Às mulheres, além do trabalho na lavoura, restavam o emprego doméstico nas casas mais abastadas onde eram babás, lavadeiras, cozinheiras e arrumadeiras, ou a possibilidade do pequeno comércio que no Brasil era chamado de “quitandas”<sup>19</sup>.

As famílias pobres nas colônias inglesas do Caribe

aproveitavam a oportunidade de educação oferecida em escolas ligadas às igrejas para educar pelo menos um membro da família que poderia ter maiores chances de progresso pessoal e assim ajudar os demais. Da mesma forma, havia uma grande concorrência para ofícios especializados, onde era possível aprender profissões que abrissem oportunidades fora das plantações. Patrick Bryan (2000) discute o fenômeno com relação à Jamaica, onde carpinteiros e outros profissionais buscavam trabalho em projetos de modernização, como na construção de ferrovias, pontes ou trilhos de bonde, como uma oportunidade para deixar o trabalho na lavoura, isso por volta de 1890. Tais trabalhadores tinham a preferência dos agentes contratadores que buscavam mão de obra para a construção do Canal do Panamá e depois para os projetos de modernização da América do Sul, nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil, o projeto de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré empregou muitos caribenhos entre 1907 e 1912, ainda que a quantidade precisa seja impossível de determinar devido à precariedade das fontes. Ao chegar, esses imigrantes eram genericamente chamados de barbadianos, denominação que incluía imigrantes vindos das ilhas de Granada, Saint Vincent, Jamaica, Trinidad, Saint Lucia e mesmo da Guiana inglesa. A razão para esta denominação está no fato de que o porto de chamada para o Brasil estava em Barbados. O fato pode ser entendido no depoimento de Dionísio Shockness:

Eu conto mais é da ilha de Granada onde papai nasceu... o que ocorre é que aqui em Porto Velho, as pessoas não conhecem a história e eles acham que toda pessoa de cor é barbadiano, não sei se foi a maneira mais fácil de pronunciar. Mas tem gente que veio de Granada, Jamaica, todo o pessoal inglês procedente das Ilhas Britânicas. Hoje, todo mundo que fala inglês aqui, dizem que é barbadiano (MENEZES, 1998, p. 32).<sup>20</sup>

Os imigrantes caribenhos enfrentaram as vicissitudes da região amazônica tanto quanto outros

trabalhadores, estrangeiros ou nacionais: malária, febres, a tuberculose, pneumonia e os ataques de serpentes e de outros animais selvagens, além dos desconfortos da vida em condições sanitárias e de moradia precárias, agravadas pela alta umidade da região e pelo isolamento para os que trabalhavam em frentes pelo interior, conforme ressaltado nos registros da história oral.<sup>21</sup> Os mais afortunados conseguiram trabalho nas cidades de Manaus e Belém, empregados em projetos de urbanização por empresas como a Para Electric Railway and Lighting Co., a Amazon Telegraph Co. e a Para Harbour Co.

Para romper o isolamento cultural, com o desconhecimento da língua nacional e das práticas culturais da região, em pouco tempo eles formaram comunidades fechadas, em termos de socialização, como anglicanos. Em Belém, por exemplo, os barbadianos se beneficiaram da presença dos funcionários britânicos de alto escalão na capital – que com a ajuda da diplomacia conseguiram autorização para a construção de uma igreja anglicana no centro da cidade. Ali, o grupo estabeleceu uma forte rede social centralizada na igreja de Saint Mary, onde os serviços religiosos eram prestados por um pároco vindo da Inglaterra.<sup>22</sup> Em Rondônia, os imigrantes caribenhos, sem dispor do mesmo tipo de atenção, valeram-se dos serviços de missionários da Igreja Batista, que vinham dos Estados Unidos periodicamente.<sup>23</sup>

Discutindo a discriminação contra os imigrantes barbadianos nas origens da cidade de Porto Velho, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, Sonia Sampaio argumenta:

Os barbadianos, na verdade, sofrem preconceitos de todos os lados, pois os demais estrangeiros brancos, e com uma posição mais privilegiada na companhia ferroviária, tendem a tratar com distância os negros, por considerá-los trabalhadores menos qualificados; e os nativos, por sua vez, se ressentem do grau de escolarização, da estreita ligação de uma parte do grupo com o alto escalão da administração, de falarem um idioma desconhecido por eles, da postura altiva, da elegância com que se vestiam, pois mesmo sob o calor rigoroso, característico

da Amazônia, eles trabalhavam de terno ou de calça e camisa de linho, além do chapéu (SAMPAIO, 2010, p. 38-9).

As melhores condições de vida encontradas nas grandes cidades não protegeram esses imigrantes da discriminação e do racismo. Na comunidade presbiteriana de Belém, os negros não podiam participar da diretoria da Igreja de Saint Mary, reservada aos brancos ingleses. Ainda na capital paraense, a reação à chegada dos imigrantes negros foi negativa, conforme o que se publicou nos jornais. O jornalista Raimundo Moraes foi um dos que rejeitava esta imigração, comparando o negro local (paraense): “sem serem belos, contudo, não eram feios como os da corrente aberta não há muito de Barbados para Belém”; os barbadianos eram “tipos de cara antipática”<sup>24</sup>, gente feia que vinha para comprometer ainda mais o perfil racial da população local.<sup>25</sup> A opinião contra o imigrante caribenho expressa nos jornais paraenses reflete o debate sobre o tipo de imigrante ideal e sobre quais deveriam ser impedidos de entrar no país.

Em 1921, grupos de negros dos Estados Unidos iniciaram esforços para emigrar para o Brasil, entusiasmados pela publicação de uma nota que foi reproduzida em diversos jornais americanos, na qual o Ministério da Agricultura do Brasil oferecia passagens, acomodações e crédito de longo prazo para trabalhadores fisicamente aptos e agricultores que desejassem se estabelecer no Brasil. A notícia de que nos Estados Unidos havia uma empresa de colonização cujo objetivo era mandar negros para o Brasil provocou grande comoção popular e política, a ponto de o Ministério das Relações Exteriores tomar iniciativas efetivas no sentido de impedir o embarque destes indesejáveis imigrantes. Falava-se no perigo que estes negros representavam para o Brasil, trazendo ideias de rebelião a um país onde o negro *já sabia o seu lugar*, no risco de se criar no Brasil um nacionalismo negro ou de minimamente aumentar os estoques negros brasileiros comprometendo a proposta de branqueamento que a sociedade perseguia.<sup>26</sup>

Enquanto o debate sobre a falta de braços para a lavoura e de pessoas para a colonização do Brasil se estendia, a sociedade ainda discutia o lugar do negro neste contexto. O jornal O Estado de São Paulo, exprimia a preocupação das elites em edital publicado em 1929:

Não é desejável a contribuição dos pretos americanos para o caldeamento de raças no Brasil. Um contingente de pretos neste momento será mais nocivo que útil à obra de civilização em que estamos empenhados. Precisamos de gente para os nossos sertões, mas de gente capaz de melhorar em todos os sentidos a população do país. Não temos preconceito de cor, mas somos obrigados a confessar que os pretos não constituem fortes elementos de civilização, nem garantem à raça tipos aperfeiçoados física, mental e moralmente.<sup>27</sup>

Durante o governo Vargas, a política de imigração implementava a regra das cotas nacionais, segundo a qual o estado deveria controlar a entrada de imigrantes no território nacional de acordo com as características étnicas, físicas e civis do imigrante. Além disso, a lei determinava que o número de imigrantes não poderia exceder o limite anual de 2% sobre o total de imigrantes daquele mesmo país já fixados no Brasil.<sup>28</sup> Baseando-se na interpretação desta regra, que foi revalidada pela constituição de 1946, os imigrantes negros fariam exceder o número aceitável de pessoas negras, considerando a população afro-brasileira na época. Além disso, a entrada de negros no país contrariava a regra quanto às características étnicas desejáveis para os imigrantes.

A imigração caribenha para o Brasil foi pequena, se comparada com outros grupos de imigrantes como os italianos, portugueses, espanhóis, alemães e japoneses, por exemplo. Em termos de extensão temporal também não se pode compará-los a estes grupos, pois o período de duração para a entrada dos caribenhos no país como uma corrente migratória é entre 1900 e 1920, se tanto. Porém, é um evento importante, considerando que rompeu as barreiras raciais impostas pelo Estado e pela sociedade.

Ainda que dados precisos não sejam possíveis,

pesquisas indicam que alguns desses imigrantes, ao final de seus contratos, retornaram para seu país de origem, enquanto outros seguiram migrando para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para outras ilhas. Entretanto, um número importante ficou no território brasileiro. Após reunirem parcas economias, homens mandavam buscar namoradas, esposas e irmãs, grupos se uniam para importar professoras das ilhas, a fim de dar a seus filhos a boa educação britânica. Muitos casamentos aconteceram, a primeira geração tentou manter-se nos limites da endogamia, enquanto as gerações seguintes misturaram-se com a população local. Segundo eles, o crescimento da família impedia o retorno, uma vez que as companhias – por contrato – somente pagavam o bilhete de retorno do trabalhador contratado nas ilhas.

Sem dinheiro para pagar para cinco, seis filhos, e sem garantias de trabalho no Caribe, muitos foram ficando no Brasil. A história da educação em Porto Velho e Belém registra os nomes da segunda geração desses imigrantes, que se empregaram como professores de matemática, inglês e música. Outros encontraram trabalho nas mesmas empresas em que seus pais trabalhavam, como na Madeira-Mamoré, por exemplo, e até duas secretárias bilíngues de origem barbadiana foram contratadas na base militar de Belém, durante a Segunda Guerra Mundial. A terceira geração perdeu muito das raízes culturais, que a última geração começa a resgatar. A trajetória deste grupo não se compara às histórias de sucesso financeiro de famílias de origem italiana, alemã, libanesa. Cem anos depois da primeira corrente de imigrantes caribenhos chegar ao Brasil, sua situação econômica, ainda que progredisse, não os levou além da classe média, algumas famílias inclusive empobreceram. É também depois de um século desta saga que o Brasil se vê obrigado a revisitar o problema do imigrante negro.

#### 4 UM SÉCULO DEPOIS, NOVAMENTE IMIGRANTES

Entre 2010 e 2014 o número de imigrantes haitianos no Brasil cresceu continuamente. A maioria, por não conseguir obter o visto de residência pelas

vias legais, optou por entrar no país através das fronteiras terrestres da região norte, utilizando a Bolívia e o Peru como pontes para este trajeto. O crescente número de imigrantes que passou a entrar diariamente no país, concentrando-se primeiramente no Acre, seguindo posteriormente para Rondônia e Amazonas, criou um problema de infraestrutura, alarmou as autoridades da região e acendeu o debate nacional sobre o tipo ideal de imigrante para o Brasil.

Tentando solucionar o problema, a Presidente Dilma Rousseff assinou documento regularizando a situação de cerca de 4 mil haitianos na região, enquanto grupos religiosos e de direitos humanos se organizavam para ajudar os imigrantes a conseguir abrigo, comida, documentos e empregos.

O debate suscitado pelo imigrante haitiano atravessou ruas, bares, escolas, universidades, reuniões políticas e governamentais. Refletiu-se nos jornais, revistas e na imprensa *on-line*, levando inclusive à criação de *blogs* em defesa dos imigrantes, enquanto Organizações Não-Governamentais denunciam a negligência e o racismo brasileiro para com estes imigrantes. Discute-se inclusive se os haitianos deveriam ser ou não considerados refugiados, principalmente após quatro anos desde o terremoto que devastou aquele país.

Governantes de diferentes níveis discutem normas e regulamentam a entrada dessas pessoas, impondo limites diários para vistos ou simplesmente fechando as fronteiras. Políticos locais foram acusados de “exportar” haitianos para outros estados, enquanto a população local discute o perigo destes imigrantes, que são vistos como portadores de doenças como a cólera e a AIDS, criminosos, estupradores, mendigos e traficantes de drogas.

Na lista dos imigrantes haitianos, de acordo com os coordenadores dos centros de apoio, encontraram-se professores, engenheiros, advogados, músicos, atletas, médicos, enfermeiros, carpinteiros, marceneiros etc. À medida que empresas do sudeste e sul do país passam a contratar os trabalhadores qualificados, oferecendo vistos de trabalho para os haitianos, o debate avança no centro-sul, e a xenofobia

e o racismo prevalecem nas críticas à posição governamental em relação ao problema.

Algumas opiniões expressas em *blogs*:

Leitor 1

Vou falar a pura verdade:

Na hora que bater o desespero e esses haitianos começarem a assaltar e matar teremos duas medidas:

1- se matar uma menina branca de classe média que tá se esforçando pra pagar uma faculdade e ajudar em casa com a prestação do financiamento da casa própria: NÃO vai acontecer nada. Capaz da sociedade ainda dizer que o “haitiano” também tem desejos sexuais e precisa colocar pra fora.

2 – Se matar alguma famosinha global, jornalista ou filha de juiz, aí o bicho pega e tão todos deportados.

Leitor 2

Quem tá com pena leva um haitiano pra casa. E como ficam os brasileiros morrendo na seca do nordeste, sem água, sem comida, sem ajuda do governo, não querem bolsa família não, querem água, pois com água eles se viram e ainda produzem para o Brasil.

Que se dê terra e condições para os haitianos plantarem, mas não mandem pra São Paulo. Sampa já tá saturada, tá faltando até água. Pagar passagem e mandar embora é fácil, então feche as fronteiras, vê se brasileiro entra fácil assim em algum país civilizado.<sup>29</sup>

Veja-se um exemplo de como a ideia do negro criminoso persiste no imaginário brasileiro, uma reminiscência do ideário da segunda metade do século XIX, na qual a proximidade do negro livre indicava o perigo de ataque sexual às mulheres brancas ou um ataque à propriedade privada.

Moro em um país que foi invadido por haitianos, e de uma coisa eu sei com certeza, eles não são poloneses, italianos, japoneses, alemães, que entraram no Brasil para trabalhar e fazer avançar o Brasil, eles (os haitianos) estão aqui para exigir direitos! Anote o que eu disse!<sup>30</sup>

A comparação com os imigrantes desejáveis é

inevitável nas opiniões do público, que vê os imigrantes listados acima como trabalhadores, enquanto os imigrantes negros são usurpadores e invasores. Notem que neste mesmo período o Brasil está recebendo um número alto de profissionais provenientes de países como a Espanha, Portugal, Estados Unidos e Itália, aos quais as empresas oferecem salários superiores aos pagos ao empregado brasileiro, além de benefícios como moradia e o pagamento das passagens com direito a trazer as famílias. Em 2012, um *blog* voltado para o recrutamento de profissionais de alto nível, publicou artigo sobre a abertura do Brasil para empregar profissionais estrangeiros, no qual se explicava:

O governo brasileiro está explorando maneiras de aliviar as regras de imigração para atrair até 10 vezes mais profissionais estrangeiros e ajudar a estimular o crescimento econômico, disse à Reuters o secretário de Ações Estratégicas da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros.

(...)

O Brasil concedeu 70.524 vistos de trabalho a profissionais estrangeiros em 2011, 25,9 por cento a mais do que em 2010, segundo o Ministério do Trabalho. Isso é quase três vezes mais do que os 25.400 vistos emitidos em 2006.

(...)

Uma força-tarefa criada esta semana irá preparar um relatório sobre as vantagens e os desafios de uma regulação nova e mais flexível para atrair trabalhadores estrangeiros qualificados. Paes de Barros espera ter os resultados em sua mesa em seis meses.<sup>31</sup>

Ainda que a entrada de trabalhadores estrangeiros de várias nacionalidades tenha crescido desde 2010, o grande debate gira em torno da entrada do imigrante haitiano e dos riscos que este trabalhador representa para o Brasil.<sup>32</sup> Enquanto agências de emprego continuam a procurar por trabalhadores na Europa, Canadá, Estados Unidos e Austrália, imigrantes vindos de países africanos e dos países fronteiriços como a Bolívia e o Peru são vistos como um peso ao sistema social brasileiro e um risco social.<sup>33</sup>

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema do imigrante negro tem desafiado as autoridades e a sociedade brasileira há mais de um século, porque desafia as representações sobre o negro e a imagem de trabalhador e de imigrante ideais. Enquanto a maioria dos brasileiros insiste em afirmar que não nutre preconceitos raciais, o Estado e movimentos organizados ora cooperam, ora lutam entre si no que diz respeito a garantir os direitos de todos e a inserção social, econômica e política dos negros na sociedade brasileira.

Para aqueles que afirmam que o problema no Brasil é de discriminação de classe e não racial, cabe lembrar que os dados dos censos apontam para a prevalência de negros e pardos nos segmentos mais empobrecidos da população. Deve-se considerar que os negros e os imigrantes europeus encontravam-se em situação similar na virada do século XX, pois eram em sua maioria analfabetos, pobres, vivendo em cortiços e saídos de meios rurais para tentar a vida no meio urbano. É preciso ainda reconhecer que os negros, na ocasião, teriam ainda a vantagem de conhecer a língua e os costumes do país, porém as barreiras impostas aos afro-brasileiros em sua trajetória para a inclusão social foram muito maiores.

Encontramos no século XXI os descendentes dos imigrantes europeus (e também libaneses e japoneses) ocupando posições de destaque na economia, na política e na sociedade, enquanto os negros que trabalharam e moraram lado a lado aos imigrantes que chegaram aos centros urbanos cem anos atrás, hoje trabalham para estas famílias de imigrantes. Além disso, os imigrantes caribenhos que entraram no país em situação de vantagem em relação a muitos outros imigrantes, porque tinham garantia de trabalho e maior escolaridade, não ascenderam economicamente como os europeus.

Os elementos limitadores para esta igualdade são culturais e raciais, estando imbuídos em práticas invisíveis e às vezes tão comuns que passam a ser imperceptíveis. Daí, a crença geral de que o Brasil é um país de tolerância racial. A sociedade quer acreditar nisso, as instituições apóiam a ideia e a propaganda

gira o mundo, mostrando o país como o paraíso racial. Uma ilusão que dura até que nos deparamos com visitantes inesperados que, na mente da maioria, chegam para estragar o nosso jantar.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup> “O Brasil fecha as fronteiras para conter a invasão dos Haitianos”. *O Globo*, 11 jan 2012, p. 1.
- <sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/depois-do-terremoto-no-haiti-imigrantes-haitianos-buscam-refugio-no-brasil-e-recebem-vistos.aspx>>.
- <sup>3</sup> Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/veja-como-vivem-e-onde-moram-os-estrangeiros-no-brasil/n1597221795756.html>>.
- <sup>4</sup> GLEDHILL, 2008. Disponível em: <[http://www.brasa.org/Documents/BRASA\\_IX/Sabrina-Gledhill.pdf](http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Sabrina-Gledhill.pdf)>.
- <sup>5</sup> ROCHA, 2010.
- <sup>6</sup> OLIVEIRA VIANA, 1932.
- <sup>7</sup> RAMOS, 1934.
- <sup>8</sup> FERNANDES, 1978.
- <sup>9</sup> PAIXÃO, 2004. Disponível em: <[www.ipp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0340.pdf](http://www.ipp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0340.pdf)>.
- <sup>10</sup> RIBEIRO, 1977. p. 118.
- <sup>11</sup> ROCHA, 2006. p. 203-220.
- <sup>12</sup> SILVA, 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/01/a-espera-de-emprego-haitianos-sonham-em-trazer-familias-para-o-brasil.htm#comentarios>>.
- <sup>13</sup> Idem.
- <sup>14</sup> SAMPAIO, 2008. Ver também LUZ, 1968.
- <sup>15</sup> SKIDMORE, 1989; e AZEVEDO, 1987.
- <sup>16</sup> WEINSTEIN, 1983.
- <sup>17</sup> DEAN, 1987.
- <sup>18</sup> ROCHA; ALLEYNE, 2012. p. 1-42.
- <sup>19</sup> BECKLES, 1994.
- <sup>20</sup> Ver também: LIMA, 2006; e BLACKMAN, 2007.
- <sup>21</sup> Idem.
- <sup>22</sup> LIMA, 2006.
- <sup>23</sup> BLACKMAN, 2007.
- <sup>24</sup> SALLES, 2005. p. 114.
- <sup>25</sup> LIMA, 2006.
- <sup>26</sup> RAMOS, 1996. P. 59-82 e SKIDMORE, 1989.
- <sup>27</sup> Apud. CAPELATO, 1980. p. 120.
- <sup>28</sup> SKIDMORE, 1989. Ver também BARALDI, 2011.

- <sup>29</sup> Opiniões publicadas em 24 abr. 2014. Disponível em: <<https://flitparalisante.wordpress.com/2014/04/24/expulsao-ja-para-os-haitianos-o-brasil-deve-cuidar-apenas-dos-brasileiros/>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- <sup>30</sup> Opinião publicada em 25 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.blogdokennedy.com.br/migracao-haitiana-e-problema-do-pais-nao-do-acre>>.
- <sup>31</sup> “Brasil quer mais profissionais estrangeiros”. Disponível em: <<http://blog.curriculum.com.br/vagas-em-aberto-brasil-quer-mais-profissionais-estrangeiros>>. Publicado em: 24 ago. 2012. Acesso em: 12 jan. 2015.
- <sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/sociedade-armadas-debate-militares-defesa-nacional-seguranca/cre-debtem-situacao-de-imigrantes-haitianos-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 12 jan. 2015.
- <sup>33</sup> “A chegada dos haitianos e o racismo contra os pobres”. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/coisas-da-politica/noticias/2012/01/10/a-chegada-dos-haitianos-e-o-racismo-contra-os-pobres/>>. Acesso em: 8 out. 2013.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, G. *Afro-Latin America: 1800-2000*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- AZEVEDO, C. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARALDI, C. Cidadania, migrações e integração regional – notas sobre o Brasil, o Mercosul e a União Européia. *3º Encontro Nacional da ABRI: Governança Global e Novos Atores*, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://educarparaomundo.files.wordpress.com/2011/07/baraldi-abri-2011.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2015.
- BECKLES, H. *Natural Rebels: A social history of enslaved woman in Barbados*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1994.
- BLACKMAN, C. *Os barbadianos e as contradições da historiografia regional*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.
- BRYAN, P. *The Jamaican people 1880-1902: Race, class and social control*. Kingston: The University of West Indies Press, 2000.
- CAPELATO, M. H; PADRO, M. L. *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de São Paulo”*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
- DEAN, W. *Brazil and the struggle for rubber*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- GLEDHILL, S. *Manuel Querino: um pioneiro no combate ao racismo científico no Brasil*. In: CONFERÊNCIA DA BRASA,

- 9.; 2008, Louisiana. Anais eletrônicos... Louisiana: Tulane University, 2008. Disponível em: <[http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA\\_IX/Sabrina-Gledhill.pdf](http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Sabrina-Gledhill.pdf)>. Acesso em: 3 jan. 2015.
- LIMA BARRETO. O nosso caboclisto. In: \_\_\_\_\_. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1956.
- LIMA, M. R. C. P. *Ingleses pretos, barbadianos negros, brasileiros morenos?: Identidades e memórias*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Belém.
- LUZ, N. V. *A Amazônia para os negros americanos: origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- MENEZES, N. *Chá das cinco na floresta*. Campinas: Komedi, 1998.
- OLIVEIRA VIANA, F. J. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932.
- PAIXÃO, M. *O ABC das desigualdades raciais: um panorama do analfabetismo entre a população negra através de uma leitura dos indicadores do censo de 2000*. Disponível em: <[http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/paixao\\_abc\\_das\\_desigualdades\\_raciais.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/paixao_abc_das_desigualdades_raciais.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2006.
- RAMOS, A. *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.
- RAMOS, J. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996. p. 59-82.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização brasileira: A integração dos índios no Brasil moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1977. p. 118.
- ROCHA, E. Antes índio que negro. *Dimensões: revista de História da UFES, Vitória*, n. 18, p. 203-220, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Racism in Novels: a comparative study of Brazilian and South African cultural history*. New Castle: Cambridge Scholars Publishers, 2010.
- ROCHA, E.; ALLEYNE, F. Millie gone to Brazil: Barbadian migration to Brazil in the early 20<sup>th</sup> century. *The Journal of the Barbados Museum & Historical Society*, Bridgetown, v.58, p. 1-42, 2012
- SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.
- SAMPAIO, M. C. S. Afro-Americanos na Amazônia brasileira: Brasil e Estados Unidos no Projeto de Colonização da Amazônia por escravos e libertos norte-americanos na década de 1860. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: ANPUH/SP-USP, 2008. CD-ROM.
- SAMPAIO, S. M. G. *Uma escola (in)visível: memórias de professoras negras em Porto Velho no início do Século XX*. 2010. 145 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- SILVA, V. C. *À espera de emprego, haitianos sonham em trazer famílias para o Brasil*. Publicado em: 1º maio 2014. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/05/01/a-espera-de-emprego-haitianos-sonham-em-trazer-familias-para-o-brasil.htm#comentarios>>. Acesso em: 8 jan. 2015.
- SKIDMORE, T. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- WEINSTEIN, B. *The Amazon rubber boom: 1850-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1983.